

A VEZ E A VOZ DO QUILOMBO: ETNO-HISTÓRIA DE UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO SERTÃO DO RIO GRANDE DO NORTE¹

Sebastião Genicarlos dos Santos (Mestrando em Antropologia – UFRN)

Julie Antoinete Cavnac (Departamento de Antropologia – UFRN)

A Comunidade Quilombola de Boa Vista dos Negros localiza-se na microrregião Seridó do Estado do Rio Grande do Norte, mais precisamente na zona rural do Município de Parelhas. Estudos acadêmicos desenvolvidos nos dois últimos decênios apontam que sua formação data da segunda metade do século XVIII (SANTOS, 2007; CAVIGNAC, 2006), contudo, é provável que sua povoação tenha sido intensificada no derradeiro quartel do século XIX, em virtude do fenecer das atividades canavieiras nos rincões circunvizinhos da Paraíba e do Rio Grande do Norte, e ainda mais com o advento da Lei Áurea (CAVIGNAC, 2006).

Desta forma, esse contingente populacional negro, desenvolveu modos de sobrevivência e de sociabilidades baseadas num contexto de relações interétnicas, bem como uma identidade coletiva assentada na figura de uma ancestral comum e na devoção à “Nossa Senhora do Rosário” (CAVIGNAC, 2002 E 2007; GOULART, 2016). Esse *modus vivend*, engendrado ainda na época colonial foi, ao longo do tempo se adaptando às transformações sociais e assim possibilitando longevidade ao grupo, que nos dias atuais permanece coeso e porta as mesmas características identitárias, muito embora os discursos tradicionais tenham se incumbindo de apagar a presença de população de matriz africana da memória seridoense.

Diante dessa realidade, a pesquisa atual é um esforço no sentido de entender como a população de Boa Vista dos Negros, pôde tirar proveito das relações acima referidas, mesmo que ocupasse o papel de subalterna², para garantir sua subsistência e a legitimidade de uma posse territorial. Para tanto, utilizamos a metodologia da étno-história, isto é, a união do trabalho etnográfico com a pesquisa documental em arquivos

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² Pensamos a subalternidade na perspectiva de Spivak, 2010, para quem o subalterno é o sujeito a quem é negada a possibilidade de ascender aos extratos sociais dominantes, bem como a oportunidade de auto representação política e legal. Tais grupos ou sujeitos também são inferiorizados no que diz respeito ao aspecto econômico.

cartoriais e paroquiais, numa perspectiva de complementaridade entre Antropologia e História, pois se a primeira coloca em evidência a voz dos sujeitos subalternizados e os eleva ao posto de protagonistas, possibilita simultaneamente a apreensão das lógicas internas, da organização social e das “contradições”, a pesquisa histórica, por sua vez se propõe a revelar os aspectos alheios à tradição oral (WACHTEL, 2005).

1. A Região Seridó Norte-Rio-Grandense e sua Diversidade Racial

O Seridó Norte-Rio-Grandense está situado no espaço semiárido do estado, sua principal cidade, Caicó, fica a uma distância de 280 km de Natal. De acordo com estudos historiográficos realizados em âmbito acadêmico, a região começou a ser objeto de ocupação colonial desde o século XVI, todavia, somente a partir da centúria subsequente é que ali pôde se efetivar com êxito o intento colonizador do império português, uma vez que a forte resistência dos povos indígenas que habitavam a região constituiu verdadeiro empecilho para que ali se pudessem delinear feições coloniais. De forma que as autoridades portuguesas julgaram necessária a realização de uma verdadeira guerra contra o elemento indígena, a fim de que o mesmo fosse “domesticado ou exterminado” (MACÊDO, 2005; MACEDO, 2002).

A partir de então a região se torna parte da rede colonial portuguesa, no entanto, é importante termos em mente que, por mais paradoxal que possa parecer, o Seridó é filho de dois gênios incompatíveis. Uma vez que a colonização portuguesa na América foi marcada pela alta rentabilidade da cana-de-açúcar, assim não demorou para que o litoral da Capitania do Rio Grande, área que melhor amálgama ofereceu ao cultivo do referido produto, fosse ocupado pelo verdume dos canaviais, que retribuíam com doçura e lucros financeiros.

Por outro lado, a criação de gados, especialmente o *vacum*, era de extrema importância para a manutenção dos engenhos e para a dieta alimentar da população que neles atuava. De forma que o criatório de bovinos sendo uma necessidade cuja coroa era incapaz de suprir, teria que ser efetuada no interior da própria capitania (MACÊDO, 2005: 31).

Diante disso, a argúcia mercantilista da coroa portuguesa, determinou o fim da prática conjunta do criatório intensivo e do cultivo de cana, afastando assim o risco de malogro de suas empreitadas econômicas. Deste modo, os sertões por não oferecerem vantagens ao trato dos canaviais, ficaram reservados às atividades pastoris, é a partir daí que o mugido dos bovinos começa a anunciar o adentrar da colonização portuguesa pelas terras sertanejas do que viria a ser Seridó³. Dessa maneira o enraizamento das fazendas de “criar” serviu como a consagração do domínio português nas longínquas paragens sertanejas (MONTEIRO, 2002: 100-101; MACÊDO, 2005: 31).

Diante disso, o sertão norte-rio-grandense, assim como aconteceu em diversas outras partes do Brasil, tem sua formação, do ponto de vista sociológico, constituída em função do litoral e ao mesmo tempo em posição ao litoral, neste caso é a necessidade da produção de carne e derivados do leite e ainda o imperativo de se prover a força motriz dos engenhos litorâneos que determina o estabelecimento das chamadas fazendas de criar.

A forma como, desde o início, foram organizadas as fazendas seridoenses, implicou uma dinâmica peculiar à economia regional, visto ser o gado criado à solta, em campos despídos de cercas ou quaisquer outras delimitações territoriais, de maneira que se fazia necessário um baixo número de homens para a lida de uma fazenda. Tendo isto em vista, é que muitos estudiosos partilham a ideia de que a escravidão seridoense caracterizou-se por uma quantidade relativamente pequena de cativos, já que era baixa a demanda de mão de obra (CAVIGNAC, 2003; MACÊDO, 2005; MACÊDO, 2007).

Levando em consideração o fato de que aos fazendeiros ditos brancos que se fixaram na região e aos negros cativos, livres e libertos trazidos pelos sobreditos fazendeiros, se somavam os indígenas sobreviventes do genocídio ocorrido em época passada, fica muito evidente a formação de uma sociedade racialmente diversa. Apesar de que aqueles senhores de terra e de escravos são os pioneiros daquilo que viria a ser uma elite regional, no aspecto econômico tanto quanto no político e intelectual. É, portanto, essa elite que se encarrega de escrever ou de fomentar a escrita da história seridoense, de forma que essa história acaba se tornando, em grande medida, um discurso de engrandecimento, uma

³ Em Carta Régia de 1701 as autoridades portuguesas já proibiam a prática de atividades pastoris a menos de 10 léguas de distância do litoral.

epopeia de famílias “brancas” nascidas no reino ou descendentes de pessoas que de lá vieram.

Essa versão da história seridoense se encarregou de apagar a presença negra e indígena, causando a falsa impressão de que tais elementos não tiveram ali presença e participação significativas. O próprio Luís da Câmara Cascudo, intelectual de renome dentro e fora do Rio Grande do Norte, fortemente afinado às elites mencionadas, relatou no início da década de 1930, que havia percorrido mais de 1.000 km pelo interior do estado, sem ter visto um único negro. Sua afirmação é obviamente fruto dessa intencionalidade de promover um discurso branqueador com relação ao Seridó e a todo o sertão do estado. Essa tradicional monumentalização da história é uma forma hegemônica de construção do passado, que só começa a ser revista a partir da década de 1980, quando estudiosos ligados à Universidade Federal do Rio Grande começam a produzir outras versões da história estadual, como bem atesta Cavignac.

No Nordeste, e ainda mais no Rio Grande do Norte, a história foi primeiramente escrita fora dos contextos acadêmicos e, essencialmente, pelas elites locais que tentaram apagar, a todo custo, as especificidades étnicas ao longo dos séculos. Precisamos, então, desconfiar da versão proposta pela historiografia tradicional que se esforçou para descrever os fatos, escondendo aspectos pouco gloriosos da história, chegando, por exemplo, a declarar a extinção total das populações autóctones ou subestimar o número de escravos no sertão. (2003:1-2).

É na esteira dessa revisão que vem à tona a trajetória de grupos étnicos historicamente marginalizados e que só apareciam na história proposta pela elite quando era conveniente à esta última (GOULART, 2016). As comunidades quilombolas, dentre as quais está a Boa Vista dos Negros, viveram, impulsionadas pelas políticas afirmativas, de 2003 em diante um processo de emergência étnica, o que no caso da sobredita comunidade pode ser visto nas atitudes auto-afirmativas de uma identidade quilombola por parte de seus membros, especialmente os jovens.

2. “Toca reggae, toca reggae!” Autoafirmação e políticas afirmativas

Nesse sentido se destacam o uso costumeiro dos chamados “cabelos afro”, as tranças rastafári e dread, a eleição do reggae como estilo musical predileto⁴, a prática da capoeira

⁴Nas festas que ocorrem na Boa Vista dos Negros, é comum que os grupos musicais contratados para tocar incluam, por exigência dos jovens quilombolas, o reggae em seu repertório, o que fica ainda mais

e a manutenção de um Grupo de Percussão chamado de Afrorreggaeiros, que é a manifestação artística mais empolgante das moças e rapazes da comunidade. Ali também existiu até época recente um grupo feminino de dança chamado Pérolas Negras e um conjunto de dança infantil que reproduzia as coreografias características dos dançarinos da Irmandade do Rosário (CAVIGNAC et al, 2007).

As políticas afirmativas que estiveram em curso até o ano de 2015 foram um grande incentivo a sobrevivência das manifestações artísticas e culturais em Boa Vista dos Negros, assim a extinção de tais políticas contribuiu significativamente para que tanto as Pérolas Negras quanto os Quilombinhos deixassem de existir, uma vez que já não há financiamentos governamentais que deem subsídio a esse tipo de atividade, por sua vez, os Afrorreggaeiros se mantêm enquanto grupo graças ao esforço coletivo de seus membros, que diante da falta de financiamentos se encarregam da manutenção dos instrumentos musicais e se apresentam com as antigas fardas.



Figura 1 - Ensaio dos Afrorreggaeiros - fotografia de Julie Cavignac



Figura 2 - Crianças dos Quilombinhos e das Pérolas Negras - Fonte Museu Virtual Tronco, Ramos e Raízes.

Os incentivos governamentais acima referidos também proporcionaram a instituição de um ponto de cultura na comunidade, por meio do qual se firmou parceria com o Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande, através da qual se realizou o projeto de extensão “Estratégias para uma Educação Patrimonial em Comunidades Quilombolas do Rio Grande do Norte”, coordenado pela Profa. Dra. Julie

evidente quando outros estilos estão sendo tocados e no intervalo entre uma música e outra ecoam gritos da plateia dançante: “toca reggae, toca reggae!”

A. Cavnac e com a participação de jovens quilombolas estudantes do ensino fundamental e também do ensino superior.

Além da realização de diversas oficinas de música, dança, fotografia e confecção de tambores, essa parceria serviu como um incentivo para o aprofundamento da busca de informações históricas a respeito da comunidade, bem como instigou diversos estudantes quilombolas a buscarem capacidade de auto representação e gerenciamento político (SPIVAK, 2010), além de inserção na universidade tanto em nível de graduação como de pós-graduação.

3. “Uma nega chamada Tereza”: A formação da Comunidade Boa Vista dos Negros

A grande visibilidade de que desfruta atualmente a Boa Vista dos Negros, reflete uma quebra com relação ao que fora a comunidade no passado, uma vez que até meados de da década de 1980 os quilombolas ali residentes pautavam seu comportamento em práticas de isolamento ou poucas interações com “pessoas de fora”, sobretudo se fossem “brancas” (SANTOS, 2007).

Neste sentido é recorrente o relato de um clérigo pernambucano, Otávio Pinto, quando em visita àquela comunidade, na década de 1930, percebeu que praticamente todas as pessoas “desapareceram”, de maneira que somente Teodósio⁵, um idoso que fazia o papel de liderança comunitária, ficou para recepcioná-lo⁶. Na conversa com Teodósio o padre se surpreende, pois, o anfitrião explica que a existência daquele povoado, data de épocas já muito remotas e que, em tempos passados ali viviam “mais ou menos uns quinhentos negros, mas infelizmente algumas adversidades, haviam forçado a emigração de muita gente”.

Os relatos orais que dão conta da formação inicial da comunidade em foco são unânimes a respeito de a mesma ter se iniciado pela pessoa de Tereza, uma jovem negra,

⁵ Teodósio Fernandes da Cruz, nascido em 1864 na Boa Vista dos Negros, foi “chefe” e grande entusiasta da Irmandade do Rosário, além de ter exercido um notável protagonismo na história da comunidade, fazendo o papel de porta voz entre esta e as “pessoas de fora”.

⁶ Relato publicado na matéria “A Presença dos Negros”, na edição do D.N. Educação, do jornal Diário de Natal de 10 de dezembro de 2005. Sendo que sua publicação original data se deu em 13 julho de 1934, no jornal A República.

que numa época de seca tornou-se retirante com sua família. Vagando pelos sertões, vindo de um lugar incógnito e sem destino certo, chegou à Fazenda Maracujá, onde o proprietário, Coronel Gurjão em alguns relatos, Major Gurjão em outros, concedeu alimentação e hospedagem por uma noite, no dia seguinte, ao despedir aquela família o fazendeiro convidou Tereza para ficar em sua casa, mas não como escrava e sim como “cria da casa”.

Passado algum tempo, o tal coronel ou major deu a Tereza a posse de umas terras contíguas a sua fazenda, isto é, a Boa Vista. A partir de então, entra em cena Domingos, que não se sabe se foi filho ou marido de Tereza. Mas o fato é que a partir dos dois tem início a tal “aldeia de negros”. Não sendo, todavia, impossível que Domingos fosse o fruto de uma relação extraconjugal do fazendeiro (Gurjão) com a jovem retirante e que, não querendo vê-los desamparados o mesmo lhes transferiu a posse da Boa Vista.

Também não é impossível que de fato Domingos tenha sido o marido da matriarca de Boa Vista e que o casal tenha gerado um filho que também se chamou Domingos, daí a menção ora a Domingos como pai, ora como filho de Tereza. No entanto, por meio da pesquisa com documentação cartorial, tivemos a oportunidade de confirmar a existência de pelo menos um Domingos, trata-se da certidão de óbito de Domingos Fernandes da Cruz, descrito no documento como negro e como morador da Boa Vista, onde morreu, vítima de afogamento em 1777.

Além de corroborar a existência de uma personagem tão presente nos relatos de nossos interlocutores, o documento supracitado ainda confirma a ideia de que a povoação da Boa Vista dos Negros data do século XVIII. Por outro lado, a ênfase dada a afirmação de que Tereza ficou na Fazenda Maracujá como “cria da casa e não como escrava”, revela uma estratégia tradicionalmente usada como forma de legitimar a estatuto de livre, ou seja de não-escravos de Tereza e de seus descendentes, uma vez que à época em que se deu a formação daquela comunidade, a escravidão era uma instituição muito ativa no Seridó (MACÊDO, 2005). Assim era preciso não deixar margem à ideia de que havia escravos vivendo, ou mesmo frequentando a Boa Vista, isso poderia levantar suspeitas sobre a origem daquela população e conseqüentemente pôr em questão a posse de seu território.

Essas podem ser as razões do relativo isolamento em que viveu a comunidade ao longo de sua história, bem como das relações paternalísticas em que a mesma tem se

envolvido, pois essas relações habilmente engendradas pelos quilombolas, conferia aos mesmos o amparo de autoridades e de pessoas influentes o bastante para legitimarem sua liberdade e a posse do território. Deste modo, apesar de ter sofrido esbulhos em diversos momentos da história, o que diminuiu significativamente a área da comunidade⁷, não consta na documentação conhecida, nem nos relatos orais que em algum momento a liberdade de alguém da Boa Vista tenha sido questionada.

4. A Irmandade do Rosário

Ser descendente de Tereza e Domingos constitui uma marca identitária, tanto quanto uma fronteira étnica, um meio de distinguir “nós e os outros” (BARTH, 1998). Outra marca muito forte na identidade local é o pertencimento à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, instituição criada na cidade de Jardim do Seridó/RN, município vizinho a Parelhas/RN, em 1863 e que desde a sua fundação conta com a participação de parte da população negra daquela cidade e da Boa Vista dos Negros (CAVIGNAC, et all, 2007; GOULART, 2016).



Figura 3 Cortejo do Rosário - Fotografia de Sebastião Santos

⁷ A que havia sido perdida em consequência dos esbulhos que ocorreram na comunidade foi recuperada, mediante a ação do INCRA.

A participação dos atores da Boa Vista na Festa do Rosário de Jardim do Seridó é uma tradição que se mantém viva desde o ano de 1863, parecendo não ter passado por transformações significativas, uma diferença notável, em relação ao passado é que, agora o “povo da Boa Vista” não se desloca a pé para aquela cidade, assim sendo, a comodidade dos transportes motorizados permite que a saída se dê somente no dia 30 de dezembro de cada ano, data em que a festa se inicia oficialmente. Mas todos continuam a se hospedar na “Casa do Rosário”, imóvel construído no ano de fundação da irmandade, pelo trabalho conjunto dos irmãos de Jardim do Seridó e da Boa Vista, para esse fim.

A longevidade e a força que continua a ter a “irmandade” são evidências da forte presença e atuação da população negra do Seridó, que embora tenha sido negada pelos discursos tradicionais, soube se manter e agora desempenha um protagonismo antes inimaginável na região.

5. Referências

BARTH, Frederik. 1988. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT; STREIFF-FENART (orgs.). Teorias da etnicidade, São Paulo, Unesp: 187-227.

CASCUDO, Luís da Câmara. Viajando o Sertão. Natal: Gráfica Manimbu, 1975.

CAVIGNAC, Julie A. A Etnicidade encoberta: Índios e Negros no Rio Grande do Norte. Revista MNEME. V. 5 N. 8, p. 1-63. mai./jul. 2003.

CAVIGNAC, Julie. A. *et alli*. **Relatório Antropológico da Comunidade Quilombola de Boa Vista dos Negros**. INCRA/UFRN. NATAL, 2007.

GOULART, Bruno. Nego Véio é um Sofrer: representação e subalternidade numa irmandade negra do Seridó. Natal: EDUFRN, 2016.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. 2002. Vivências índias, mundos mestiços: relações interétnicas na Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó entre o final do século XVIII e início do século XIX, Caicó, Monografia (Graduação em História), Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

MACEDO, Muirakytan Kennedy. de. A penúltima versão do Seridó. Uma história do regionalismo seridoense. Natal: Sebo Vermelho, 2005.

SANTOS, Sebastião G. História e Identidade no Território de Boa Vista dos Negros. 2007. Monografia (graduação em história) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó/RN, 2007.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

WACHTEL, Natan. **Aula inaugural** (Proferida no College de France em 02 de abril de 1993) Tradução de Luiz Antônio Oliveira e Julie A. Cavnac.

